

## MÃES QUE ENTREGARAM SEUS FILHOS PARA ADOÇÃO

Mônica Fernanda Neukamp Wille<sup>1</sup>  
Alexsandra Machado Maffei<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa possibilitou perceber um mundo cheio de realidades muito alheias às vividas e vivenciadas diariamente, a qual não se tem muito contato e conhecimento. Este contato se tornou possível através da pesquisa bibliográfica, qualitativa de artigos, matérias, dissertações de mestrado e livros que trouxeram a realidade vivida por inúmeras mulheres que entregaram seus filhos à adoção. Os objetivos da pesquisa foram compreender os motivos que levam uma mãe a entregar seu filho, compreender os procedimentos da adoção e averiguar os fatores decisivos para que as mães biológicas entreguem seus filhos para adoção. A partir da busca pode-se averiguar que as mães entregam seus filhos à adoção por lhes faltar patrimônio emocional que lhes possibilite envolver-se com a criança gerada e dela poder cuidar, nutrir biológica e psicologicamente de forma adequada. Além da falta de apoio de familiares e companheiros para que ocorra um suporte adequado, tanto financeiro como emocional. Conclui-se a partir da realidade observada a necessidade de políticas que façam o acolhimento da mãe que deseja entregar seu filho, que neste ela possa ser ouvida e orientada, não de modo que a faça mudar de ideia ou entregar o filho, mas de forma que ela possa firmar sua decisão ou não e iniciar o contato com os sentimentos que florescerão quando o ato da entrega for consumado.

**Palavras-chave:** Mãe biológica, Entrega, Adoção, Apoio.

**Abstract:** This research allowed us to realize a world full of others realities, far from what are lived and experienced daily, with which we do not have much contact and knowledge. This contact was possible through qualitative literature research, articles, dissertation and books that brought the reality experienced by many women who delivered their children to adoption. The research objectives were to understand the reasons that lead a mother to surrender her child, understand the procedures to adoption and ascertain the key factors for the biological mothers deliver their children for adoption. From the search we determined that mothers deliver their children to adoption because they lack emotional heritage that enables them to engage with the children and be able to care for, nurture psychologically and biologically appropriately. Besides the lack from family and companions to a suitable financial and emotional support. We conclude from the observed reality the need for policies that make the reception of the mother who want to deliver their child, where she can be heard and oriented, not in the way to make she change her mind or to deliver the child, but in the way she could enter into her decision of to give or not and initiate contact with the feelings that blossom when the act of delivery is accomplished.

**Keywords:** Biological mother, Delivery, Adoption, Support.

## 1 INTRODUÇÃO

Escuta-se frequentemente histórias de crianças abandonadas, deixadas em lugares não adequados e isso, geralmente, causa revolta nas pessoas. A sociedade está sempre pronta a julgar, a apontar as dificuldades e falhas dos outros, mas não busca saber as motivações ou razões que levaram alguém a tal prática.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade da Serra Gaúcha.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Social e das Organizações. Professora nos Cursos de Direito e Psicologia na FSG. Endereço eletrônico: alexsandra.maffei@fsg.br.

Assim como há crianças abandonadas deixadas em diversos lugares, há também crianças que são entregues por suas mães, quando nascidas, para que sejam criadas por outra família. A situação de uma mãe que entrega seu filho, seja deixando-o com alguém ou abandonando-o em algum lugar para que seja encontrado, com certeza não é uma situação tranquila, que seja feita sem nenhum comprometimento.

Com o intuito de compreender um pouco sobre a motivação das mães que doam seus filhos é que buscou-se responder ao seguinte questionamento: Por que uma mãe entrega seu filho para adoção?

Na busca de estudos sobre adoção encontra-se um número considerável de pesquisas sobre os pais adotivos e a criança adotada, quase a totalidade de estudos tratam desses temas, porém pouco se vê sobre a mãe biológica, a mãe que entrega seu filho à adoção. Kruehl e Oliveira (2012) citam que milhares de crianças são abandonadas no Brasil por motivos diversos e estas precisam ser protegidas, e lembram que este é o grande motivo para que as crianças sejam adotadas e possam ter uma família.

Nota-se diariamente o aumento no número de pais em busca de crianças para adotar, porém percebe-se que quando se sabe que uma pessoa entregou seu filho para adoção essa pessoa é julgada e discriminada pela sociedade, pelo ato cometido. Nota-se nisso uma discrepância, afinal se tantos buscam crianças para adotar, porque recriminar a pessoa que entrega o filho para adoção?

Reforça-se a necessidade de averiguar as razões pelas quais as mães entregam seus filhos para adoção, pois a partir desses dados será possível pensar em intervenções que lhes ajude a passar por esse período com menor sofrimento e/ou com possibilidade de enfrentar os preconceitos e julgamentos das pessoas que lhe cercam.

Percebe-se, também, a importância deste trabalho para os acadêmicos, no sentido de ampliar as fontes de pesquisa sobre o assunto, uma vez que existem poucos materiais que abordam o tema na perspectiva da mãe que entrega o filho para adoção.

A metodologia deste trabalho foi pesquisa bibliográfica, qualitativa sendo que a análise de dados se deu através da análise de conteúdo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para uma melhor compreensão da temática pensou-se adequado abordar sobre a adoção, seus conceitos e contexto histórico, a família: suas diferentes concepções e realidades; e os diferentes lugares ocupados pela mulher e a criança no cenário familiar ao longo da história.

### **2.1 Adoção: contextualização histórica e conceituação**

Ouve-se falar sobre adoção e crianças abandonadas desde os relatos bíblicos, logo essa realidade não é novidade alguma. O que se percebe ao longo da história são mudanças na postura das pessoas quanto ao assunto, ao objetivo das pessoas que optam por adotar uma criança/adolescente e também perante as crianças ou adolescentes adotados. Percebe-se na atualidade uma maior aceitação do fato e uma discriminação menor, se comparado há anos atrás.

Paiva (2004) cita os registros bíblicos, sendo a mais conhecida das histórias a de Moisés que fora adotado pela filha do Faraó, apesar do menino ser filho do povo escravo do Egito. Na antiguidade greco-romana, as adoções estavam vinculadas às crenças religiosas e as famílias adotavam para ter quem lhes prestasse culto após sua morte. Em Roma, conforme menciona Granato (1996) citado por Paiva (2004) além da fundamentação religiosa, as adoções tinham também finalidades políticas, como no caso de Júlio César, que adotara Otávio Augusto, seu sobrinho e o colocara como seu herdeiro e sucessor.

Em seu relato sobre a história da adoção Paiva (2004) aponta que esta caiu em desuso na Idade Média, por contradizer os interesses dos senhores feudais e da Igreja. Todavia a partir da Idade Moderna, “a adoção de crianças recuperou a sua aceitação e gradualmente consolidou-se na legislação” (Paiva, 2004, p. 38). A referida autora mostra a importância dada à adoção inicialmente considerando somente os interesses do adotante, porém no império de Napoleão Bonaparte (1804 - 1815) iniciou-se uma mudança que referia que a adoção só deveria acontecer se resultasse em vantagens para o adotado, e ao adotante era atribuído o pátrio poder.

Segundo Marcílio (1998) citado por Paiva (2004, p.40) “as leis de adoção plena somente apareceram depois da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal dos

---

Direitos da Criança”. Pilotti (s/d *apud* PAIVA, 2004) aponta que a adoção se deu em duas etapas: a “clássica” e a “moderna”, a primeira buscava resolver o problema dos casais sem filhos naturais enquanto a segunda dá ênfase às tentativas de resolver a situação da criança sem família.

A adoção no Brasil repercutiu a legitimação adotiva do Direito francês, como em muitos outros países, e tornou-se lei em 1957, Lei Brasileira 3.133, conforme Silva Filho (1997) referido por Paiva (2004). No Brasil, desde a colonização organizou-se um sistema de assistência caritativa conforme o utilizado em Portugal e no período colonial, quem efetivamente prestou assistência aos menores desvalidos foi a sociedade civil, contando com contribuições financeiras esporádicas da Igreja e do Estado (MARCÍLIO, 1998 *apud* PAIVA, 2004).

Desde o período colonial até meados do século XIX a assistência prestada às crianças abandonadas ocorria em caráter caritativo. As políticas sociais de assistência direcionadas a essas crianças eram formalmente desempenhadas pelas câmaras municipais, que “firmavam convênios com as confrarias das Santas Casa de Misericórdia para colocar em funcionamento as Rodas dos Expostos”<sup>3</sup> (PAIVA, 2004, p.43).

A adoção fora instituída pela primeira vez no Código Civil de 1917, e continuou a ser um procedimento administrativo a ser realizado num cartório de registro civil. Já os Juizados de Menores surgiram a partir de 1920 nas grandes cidades e podiam ser chamados para oficializar o processo de adoção, porém apenas legalizavam arranjos que haviam sido decididos entre as partes envolvidas (Fonseca, 2012). A maior parte das colocações de crianças sequer chegava aos tribunais, “estima-se que 80% a 90% das adoções não foram vistas nem registradas pelas autoridades oficiais” da época (Fonseca, 2012, p.15). A autora registra que era costume as pessoas adquirirem a certidão de nascimento apenas quando começavam a frequentar a escola ou quando prestavam serviço militar, dessa forma, era bastante difícil o escrivão de cartório verificar quem de fato dera à luz a criança.

Em 1990 fora criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069 de 13 de julho que passou a regulamentar a adoção, este cita no artigo 41 o conceito de adoção: “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive

---

<sup>3</sup> Caixa giratória implantada em vários hospitais públicos para garantir o anonimato de quem quisesse doar um recém-nascido. As últimas a serem fechadas no Brasil foram as de São Paulo e Salvador em 1950. (FONSECA, 2012)

sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (LEI 8.069/1990, artigo 41º). Em 2009 foi aprovada a Lei da Adoção, lei 12.010 de 03 de agosto, que dispõe sobre a adoção e regulamenta todos os procedimentos relacionados a mesma, desde o acompanhamento que deve ser dado a gestante que manifestar desejo de entregar seu filho para a adoção até os procedimentos a serem observados no caso de adoção internacional. Nesta legislação, alterou-se o termo pátrio poder, por poder familiar, por entender que a responsabilidade sobre a criança ou adolescente é da família e não somente do pai, bem como devido as diferentes organizações familiares existentes na atualidade.

## **2.2 A família: suas diferentes concepções e realidades**

A família como hoje a conhecemos é algo próprio do nosso tempo e a história desta instituição é bastante diferente da atual. Ariès (1981) mostra em sua obra como a concepção de família alterou desde a Idade Média até os dias atuais.

O referido autor observa as mudanças na sociedade ao longo da história através de sua iconografia. As imagens produzidas no período medieval davam conta do tema dos ofícios e foram sofrendo alterações em suas representações passando pela iconografia do amor cortês e pelas imagens que se passavam nas ruas, depois estas se voltaram para a intimidade da vida privada, indo em direção ao cenário familiar do trabalho e das relações sociais. A partir do século XVI, o autor aponta que a criança passou a fazer parte da iconografia veiculada nos calendários e em seguida nos retratos de família. No século XVII e início do XVIII este faz referência aos numerosos retratos de família que traduziam o imenso progresso do sentimento de família.

Ariès (1981, p. 154) expõe que “a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança”. De acordo com um texto inglês medieval citado pelo autor pode-se observar a falta de afeição para com as crianças naquele momento histórico. O texto revela que as crianças eram mantidas em suas famílias até os sete ou nove anos de idade e depois eram enviadas a outras casas para serem aprendizes. A ideia era que a criança aprendesse boas maneiras. A principal obrigação da criança era servir bem e adequadamente seu mestre. O serviço doméstico era algo normal e natural no aprendizado e, portanto realizado pelas crianças. Esta relação das famílias com suas crianças era comum em todas as condições sociais. No cenário mostrado acima não havia lugar para a escola, pois as

---

aprendizagens aconteciam no cotidiano das tarefas e “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÉS, 1981, p.158).

Como parte de suas tarefas as crianças ocupavam diferentes espaços que, nos dias de hoje, seriam considerados locais apropriados somente para adultos. Querendo afastar a criança do mundo dos adultos, pois este trazia aprendizagens e imagens não adequadas às crianças, começou-se a pensar em um local destinado somente a elas, pensou-se então em destinar a criança à escola para desenvolver os aprendizados necessários. Essa ida da criança à escola levou-a de volta a sua família. Inicialmente as escolas se destinavam apenas aos meninos, as meninas iniciaram suas participações na vida escolar no século XVIII e início do século XIX (ARIÉS, 1981).

Outra questão social que se percebe alterada nos nossos dias, que fora costume desde o século XII até o XVII, é o não mais privilégio da primogenitura ou o beneficiamento de um dos filhos em detrimento de outros, pelos pais. Essa mudança teve início considerando todos os filhos legítimos do casal e após a nova lei da adoção passou a inserir nessa mesma regra os filhos adotados, também.

A sociedade altera seus costumes e valores, conforme o entendimento de cada época. Ariés (1981, p. 162) expõe “que o sentimento de igualdade entre as crianças pode desenvolver-se num novo clima afetivo e moral graças a uma intimidade maior entre pais e filhos”. O autor mostra através de sua obra a realidade vivida pela família nos diferentes momentos históricos. Ainda no século XVII as pessoas preocupavam-se e ocupavam-se dos acontecimentos da sociedade e das realidades vividas além de seus lares e no século XVIII inicia-se um movimento de introjeção nas famílias.

E é nessa mudança de cenário que se pode perceber a transformação nos comportamentos familiares e na inclusão da criança no papel desempenhado pela mesma nos dias de hoje. A partir dessa aproximação da família passou-se a observar a saúde da criança, que não era considerada até então, e as escolas começaram a ser pensadas próximas das crianças e seus lares, para que as mesmas pudessem ser acompanhadas por seus pais e desenvolverem-se junto à sua família.

Na Idade Média a família tinha como função assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, porém não havia uma proximidade entre os seus membros. Já a família moderna traz uma preocupação com a criança e a necessidade de sua presença faz parte dela. A família se reorganizou em torno da criança e precisou mudar sua identidade e intimidade. Paiva

---

(2004, p. 55) traz que “a História e a literatura antropológica apontam a variabilidade das estruturas familiares e reforçam a concepção de que a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversas em diferentes sociedades e contextos culturais.” A autora ainda lembra que tanto a ciência quanto o senso comum tendem a identificar o grupo conjugal como forma básica da família e esta como um fenômeno natural, apesar dessa imagem de família ser considerada apenas uma “mutável criação humana”.

As mudanças citadas acima sobre a família têm seus desdobramentos considerando a família como um todo, e percebe-se pelo relato o distanciamento emocional que havia entre seus membros. Esse distanciamento se dava devido aos membros da família não serem considerados de forma igualitária, no que diz respeito à valoração, desde a Antiguidade, e foi somente no século XVII que as famílias e seus membros conquistaram espaços e passaram a ser tratados de forma mais homogênea.

### **2.3 A mulher e a criança no cenário familiar**

Desde o início da história da família ocidental observa-se o poder paterno, a autoridade marital, a origem desta autoridade se deu na Índia e o homem tinha o direito absoluto de julgar e punir. O poder do chefe de família permaneceu inalterado durante toda a Antiguidade, porém com a vinda de Cristo houve algumas alterações, pois Jesus pregava o amor e isso resultava que a esposa/mãe não era considerada escrava do pai, e sim companheira, bem como que a autoridade paterna deveria se basear nos interesses do filho e não do pai. No entanto, estas orientações de Cristo ficaram mais na teoria do que na prática (BADINTER, 1980).

A autoridade paterna se recobra a partir do século XVI até o século XVIII devido à influência do direito romano e do absolutismo político e ainda no século XVII as prescrições da moral eclesiástica recomendavam a subordinação da mulher ao marido. A autoridade paterna era tamanha que não se discutiam as decisões do pai ou esposo, mesmo que significasse bater na esposa ou filhos, ou ainda matar, pois ele tinha poder sobre sua família e a decisão deste era lei (BADINTER, 1980).

Devido a essa autoridade suprema, desde os séculos XII e XIII a Igreja condena o abandono dos filhos, o aborto e o infanticídio, porém o Estado passou a tolerar o abandono, para limitar o infanticídio, e foi no século XVII que as primeiras casas para acolher crianças

---

abandonadas foram criadas (BADINTER, 1980). Reafirmando a existência desses comportamentos Motta (2008, p. 51) declara que “historicamente uma gravidez não desejada poderia ser resolvida com infanticídio, abandono ou a “exposição” da criança, e as mulheres que permaneciam com seus filhos eram marginalizadas nas sociedades urbanas ocidentais”.

Percebe-se pelos relatos sobre a família e nos relatos sobre o papel da mulher no casamento e na sociedade que o amor não era algo observado como importante nas relações. Badinter (1980) explica que este comportamento ocorria devido a uma dupla conotação negativa, de um lado, nossos antepassados se recusavam a construir relações sobre uma base tão frágil quanto o amor, enquanto por outro lado, o amor estava associado à ideia de passividade, enfraquecimento.

O amor era visto como algo negativo e, além disso, Santo Agostinho considerava a criança um símbolo da força do mal e, perpetuando esta ideia por séculos, ele contribuiu para que os pais ficassem amedrontados pelas crianças (BADINTER, 1980). Do mesmo modo, a igreja através de diferentes pregadores incentivava os pais a não amarem seus filhos, um deles, Vives (s/d) citado por Badinter (1980), criticava as ternuras, as carícias e a tolerância das mães para com seus filhos e, aos adolescentes recomendava incitá-los ao temor utilizando leves admoestações, castigos e prantos, para que o corpo e o entendimento se tornassem melhores.

Nas classes burguesas ou aristocráticas nos séculos XVII e XVIII era possível identificar três atos diferentes de abandono: quando nascidos os bebês eram enviados à casa de uma ama, ao retornar para casa teria uma governanta, e lá pelos oito ou dez anos a criança era enviada para o internato. Dessa forma não havia muita intimidade ou mesmo uma relação entre pais/mães e filhos, no entanto, de acordo com Badinter (1980) no último terço do século XVIII a imagem da mãe, o papel dela e a importância da mesma, modificaram-se radicalmente.

Após 1760, abundam publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos seus filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (BADINTER, 1980, p. 145)

Segundo a referida autora surge uma nova imagem de mãe com direito a provas de amor. As mães dirigem sua atenção ao bebê e à criança, para que ele(a) “viva, e viva melhor, junto dela” (BADINTER, 1980, p. 202). Ao tratar da indiferença materna a autora assinala

---



que “não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.” (BADINTER, 1980, p. 87). Com essa nova imagem e novo papel da mãe, os homens ficaram em segundo plano, enquanto as mulheres passaram a ser mais respeitadas, adquirindo uma importância considerável na sociedade.

Motta (2008) recorda que de acordo com os interesses do sistema econômico dominante modifica-se o padrão de ser mãe, pois este depende do modelo vigente e dos mecanismos ideológicos e culturais dominantes em cada época. Em decorrência dessa constatação, ao observar a sociedade atual pode-se perceber que a realidade vivida por essa até metade do século XVIII difere bastante da atual na qual a criança é considerada um sujeito de direitos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente ((LEI 8.069/1990). O primeiro artigo da citada lei expõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo como criança a pessoa até doze anos e como adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

De forma muito diferente da realidade mostrada no relato histórico da família o quarto artigo do ECA cita que

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. ((LEI 8.069/1990, artigo 4º)

Pela citação acima percebe-se como a criança e o adolescente devem ser tratados e cuidados por todos. De forma muito divergente do século XII e XIII, em que era necessário a Igreja condenar o aborto, o abandono e o infanticídio, o 5º artigo do ECA prevê que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” ((LEI 8.069/1990, artigo 5º). Ainda o sexto artigo deste estatuto lembra que será levado em conta “a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” ((LEI 8.069/1990, artigo 5º).

É preciso evoluir muito para realmente garantir os direitos das crianças e adolescentes de nosso país e isso só será efetivamente realizado quando a sociedade em geral se conscientizar e buscar respeitar os direitos deles.

A situação em que se encontram as crianças e os adolescentes que, por qualquer motivo, afastam-se ou são afastadas de sua família de origem é um parâmetro adequado para medir os diferentes graus de desenvolvimento civilizatório de uma sociedade. E, segundo esse critério, a civilização brasileira não vai bem, apesar da intenção formalizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de tratar a infância e a adolescência como prioridade absoluta. (MORAES e NAVES, 2011, p. 02)

A Constituição Federal (artigo 227) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC) definem “a família como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros e, em particular das crianças” (PEREIRA, 2011, p. 06). Observando estas duas diretrizes e o ECA nota-se que na atualidade a criança é amplamente protegida, assim como o direito desta de permanecer com sua família. Porém, também é previsto que a criança não sofra maus tratos em seu lar e tenha suas necessidades básicas supridas, caso contrário serão tomadas medidas que venham a destituir o poder familiar. Os pais perdendo o poder familiar restará a esta criança ficar sobre a Guarda, ou Tutela de outrem ou ser dirigida a um abrigo ou casa lar onde ficará aguardando que se dê o seu processo de adoção. Vale lembrar que a criança só será colocada na fila da adoção após esgotadas todas as possibilidades desta ficar com alguma pessoa com a qual a mesma tenha laços afetivos.

Observando os dados relatados percebe-se que as crianças somente serão destinadas a adoção quando entregues por sua família para esta finalidade ou quando destituído o poder familiar. Apesar de serem bastante restritas as formas de uma criança chegar à adoção sabe-se que há um grande número de crianças esperando para serem adotadas, segundo o Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia 4.856 crianças à espera da adoção no Brasil em outubro de 2011 (SOUZA, 2011).

O momento histórico em que se vive aceita melhor os filhos ilegítimos e dá maior espaço para que as mães permaneçam com seus filhos apesar de serem solteiras ou do(a) filho(a) não ser fruto do casamento atual. Este fator mudou se comparado à realidade exposta na época da Roda dos Expostos, porém há outros motivos que levam mães ou famílias a entregarem seus filhos à adoção. Um dos motivos citados por Knibiehler; Fouquet (1980 *apud* MOTTA, 2008, p.57) é de que toda a cultura e mentalidade tradicional, “transmitem ainda, como um dogma, a ideia de que a maternidade é a realização indispensável da feminilidade, de que só se é mulher verdadeira quando se tem filhos”. Observa-se na citação a pressão

---

sofrida pelas mulheres para que desempenhem o papel de mãe e quando resolvem não fazê-lo precisam enfrentar o preconceito e julgamento feito sobre sua pessoa devido a esta decisão.

Se a mulher não deseja ter filhos, porém sente-se cobrada para tê-los, ao subordinar-se ao desejo que lhe é inculcado, logo depara-se com a dificuldade de vincular-se e cuidar de alguém que é visto como fruto de um erro. Dessa constatação do não desejo de manter este filho pode advir a decisão de entregar seu filho à adoção ou ainda, a mãe pode decidir ficar com a criança para não ser julgada pela entrega e depois acontecerem consequências ainda piores, como a violência contra a criança e/ou adolescentes, que afasta a criança da família, conforme preveem as medidas protetivas do ECA. Motta (2008, p. 25) nos expõe que “o fato da mãe permanecer com a criança sem ter ciência dos motivos e das consequências de sua decisão pode ser igualmente desastroso”, pois esta pode vir a abandoná-lo quando perceber que não dará conta da criança podendo chegar ao abandono ou infanticídio.

Motta (2008) reforça a importância de trabalhar a decisão de entrega do filho para adoção, devido às consequências de tal ato. Essa mãe necessita de auxílio, compreensão e acompanhamento pelos profissionais responsáveis envolvidos nestas questões. O julgamento e a discriminação não ajudam de forma alguma e dificultam a relação destas pessoas com os profissionais, pois muitas vezes elas já se culpam só pelo fato de ter pensado em entregar seu filho para adoção.

Na lei 12.010, Nova Lei da Adoção, (BRASIL, 2009) é previsto no artigo 8, 4º parágrafo, que seja proporcionado à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, assistência psicológica, como forma de prevenir as consequências do estado puerperal. A lei traz que esta assistência também deverá ser prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção. Essa preocupação da lei com a mãe ainda na gestação é fundamental para o bom desenvolvimento da mesma, seja da mãe que ficará com seu bebê ou não. Se a mãe escolher não ficar com o bebê, mas tiver toda a gravidez para pensar sobre isso e tomar essa decisão de forma acompanhada/assistida é muito diferente do que a decisão que a mãe toma sozinha e sem nenhum apoio/acompanhamento.

É importante que no processo de entrega-adoção se priorize a defesa dos interesses da criança, e trabalhe-se com a mãe biológica a importância dela e do bebê que ela carrega, pois o que afeta um, afeta o outro, porém conforme citado pela autora não é isso que ocorre. “Há crianças que são institucionalizadas porque suas mães não tem qualquer apoio quanto às

---

pressões externas e internas sofridas. Essas crianças são a prova viva de que cuidar da mãe significa cuidar do filho.” (MOTTA, 2008, p. 24).

“Antes de entregar a criança em adoção, a mãe biológica é frequentemente ‘cortejada’ e ‘lembrada’: lança-se mão do amor materno que é apontado à mulher, que chega, às vezes, a ser aconselhada a entregar o filho por amor a ele”. Porém, percebe-se uma mudança inclusive na linguagem utilizada para designar a mãe, que entrega seu filho, antes do nascimento da criança e após o nascimento da mesma. Antes cortejada, depois a mesma é julgada, relegada à categoria de “pessoa má, desumana e sem princípios morais e éticos” (MOTTA, 2008, p. 24).

Silva (2001) aborda em seu texto a importância da consciência da sociedade em relação ao abandono de crianças. Baseada em sua realidade profissional, como Assistente Social Forense, ela expõe a realidade vivida diariamente junto às mães que doam seus filhos, mães que deixam seus filhos em caixas de papelão para que alguém os encontre e famílias das quais é destituído o poder familiar. “É o abandono pela abandonada” (SILVA, 2001, p. 247).

Gilberti, Gore e Taborda (2001, p. 179) questionam se “não seria mais correto afirmar que, frente a essa questão de entrega de filhos falta uma mediação psicossocial e econômica que se responsabilize pela mãe e pelo filho?” E completam que na verdade a maioria dos profissionais que lidam com essa realidade esperam que as mães entreguem rapidamente o bebê para que ele seja colocado em uma “boa família” e, nesta ânsia deixam de levar em consideração aspectos importantes como: “saúde, violência, trabalho, etc.” Os autores ainda comentam que pouco se conhece das mulheres que entregam seus filhos à adoção, pois as mesmas são pouco escutadas e quando questionadas, lhes perguntam mal. “Muitas vezes, a pergunta é um julgamento negativo antecipado.” (GILBERTI, GORE e TABORDA, 2001, p. 177).

Ao tratar do ato de entrega da mãe, Silva afirma

em muitos casos, é uma antecipação à ação do Estado, ou seja, antes que o Estado as destitua do poder familiar, abandonam ou entregam seus filhos sob a responsabilidade do mesmo. Embora a falta de condições materiais não constitua motivação para a destituição do poder familiar, o que ocorre na realidade é bem diferente. Pois, se mesmo na miséria os pais têm direito ao poder familiar e os filhos o direito de permanecer com eles, em contrapartida, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana; direitos esses violados pela miséria e pela omissão da sociedade e do Estado (SILVA, 2001, p. 247).

É preciso que novas alternativas sejam estudadas, que se inove com práticas que ainda não foram pensadas e é válido ressaltar ainda, que não podemos e não devemos nos

---

conformar e naturalizar o abandono. Devemos fazer parte de uma rede que precisa e deve estar cada vez mais articulada e coesa, no objetivo maior que é defender o direito de crianças, adolescentes e suas famílias (SILVA, 2001).

### 3 METODOLOGIA

Esse trabalho teve como objetivo compreender as motivações da mãe que entrega seu filho para adoção. A proposta inicial foi realizar entrevistas com mulheres que entregaram seus filhos, porém após contato com o Juizado da Infância e Juventude de duas comarcas e a obtenção de duas respostas negativas para acessar o contato dessas mulheres, optou-se por fazer uma pesquisa bibliográfica.

“A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008 p.45).

Considerou-se adequado utilizar o caráter qualitativo nesta pesquisa, pois foram analisadas as vivências das entrevistadas relatadas nas várias pesquisas coletadas.

A pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, e apoia-se em processos de construção do conhecimento voltados para o estudo de um objeto distinto da pesquisa quantitativa tradicional em psicologia. A pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto (REY, 2002, p. 50).

Os dados apresentados e analisados nesta pesquisa foram extraídos de 8 artigos, uma tese de mestrado e 4 livros. Os mesmos foram analisados a partir da análise de conteúdo, a qual segundo Bardin (2011, p. 44) trata-se de “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”.

Gerhardt e Silveira (2009, p.84) destacam que “existem várias modalidades de análise de conteúdo: análise lexical, análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação”.

Nesta pesquisa utilizou-se a análise temática e esta se deu através de categorias assim organizadas: condições da gestação, motivações para entrega do filho e rede de apoio após a decisão.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A decisão de entregar um filho para adoção pode ter vários significados, segundo Wunderlich (s/d, p.02) estes vão “desde a aceitação da impossibilidade de criá-lo, sua rejeição em relação ao seu filho por seus próprios conflitos internos ou o desejo de não exercer a função materna”. A partir da pesquisa realizada, descreve-se aqui as condições da gestação, as motivações para entrega do filho, assim como a rede de apoio à essas mulheres após a entrega do filho.

A literatura aponta inúmeras formas de como se deram as **condições da gestação** das mães que entregaram seus filhos para adoção.

Denise, escritora e representante comercial, contou à equipe de Personare que descobriu a gravidez após já ter terminado com seu namorado na época, e acreditava que não menstruava por causa da mágoa que sentia. A pedido do namorado, ela foi a algumas clínicas de aborto. “Naquela época, para mim, todo filho precisava de um lar, fruto da união de um pai e uma mãe. Queria poder dar essa condição para meu filho e achava que viver com outra família seria ideal para que ele crescesse saudável.” (EQUIPE PERSONARE, s/d, p. 1).

No depoimento de Denise percebe-se que a entrega do filho não foi algo fácil, mas ela o fez pensando nas necessidades da criança após seu nascimento, pois não percebia em si a capacidade em supri-las e, apesar da solicitação do namorado pelo aborto, ela escolheu entregar a criança.

Menezes (2011) realizou sua pesquisa a partir de entrevistas com seis mães na faixa etária entre 22 e 40 anos, com escolaridade e nível sócio-econômico baixos e que doaram, no mínimo, 2 filhos. As idades das crianças doadas variaram entre 0 e 3 anos. Quanto as condições da gestação a autora traz que “Constataram-se condições de pobreza material e emocional que permeiam a vida dessas mães, impedindo-as de terem um desenvolvimento emocional equilibrado que lhes permitam maternar.” (MENEZES, 2011, p. 8).

Como exemplo das entrevistas de Menezes (2011) é possível citar o relato da primeira entrevistada a qual revela que em sua primeira gravidez, aos 15 anos, e nas outras 22

---

gestações que teve nenhuma delas foi planejada, nem desejada. Em todas, ela teve hipertensão, inchaço, sobrepeso, enjoo, não queria comer, só tomava muito banho e bebia muita água porque sentia muito calor. Referiu não usar

meios contraceptivos porque não se “dá” nem com comprimidos, nem com injeção. Além disso, tem medo de injeção porque engorda. Disse ter “arrumado” várias ligações (de trompas), mas não o fez porque todos os partos foram naturais e ela não quis voltar após 40 dias, para se submeter à cirurgia, só queria fazer a ligação juntamente com um parto cesária (MENEZES, 2011, p. 61).

Já a segunda entrevistada de Menezes (2011) revela que as suas gestações sempre foram acolhidas pela sua família, recusavam o aborto enquanto família, e o avô materno encarregou-se de prover tanto a filha quanto o primeiro neto, o qual a mãe acabou entregando ao genitor quando tinha 2 anos, após separação do casal.

Percebe-se, no relato, das duas entrevistadas que tanto a gravidez quanto a entrega das crianças, era algo bem aceito pelas suas famílias.

As duas entrevistadas por Menezes (2011) citadas acima, foram as únicas mães das entrevistas lidas que tiveram sua decisão aceita pela família, os relatos nos mostram que essa aceitação ocorreu devido a não maturidade da primeira entrevistada e a segunda por a família não tolerar a ideia do aborto, consideravam que era melhor entregar à criança do que abortar.

Já a primeira entrevistada por Cirenza (s/d) disse ter sentido vergonha e raiva da gravidez. Não contou para o pai da criança sobre a mesma, então mudou de cidade para ter o filho escondido. Negava a maternidade e sentia repulsa. A segunda entrevistada relatou que a irmã, que também estava grávida a acolheu, mas lhe recriminava por estar esperando um filho sem ter sua própria casa e sem ter marido. Seu filho nasceu de cesárea e ela fez laqueadura, pois afirma “Se engravidei para dar a criança, pensava que não tinha mais o direito de gerar outras. Essa foi minha autopunição.” (CIRENZA, s/d, p. 03).

Percebe-se pelos relatos citados acima que as mães sofreram durante suas gestações ou por terem que esconder a gravidez, ou pela discriminação de sua condição perante os familiares.

Dolto e Hamad (1998 *apud* MENEZES, 2011, p. 65) “afirmam que permitir a criança nascer, já é um ato materno que tem seu valor. Trata-se de confiar a criança a alguém para ser criada, de dar meios de viver”.

Referente a categoria **motivações para entrega do(a) filho(a)**, a literatura pesquisada aponta que a classe econômica baixa, a herança deixada pelas marcas constitutivas da relação

---

com suas próprias mães e os frutos de relacionamentos sem vínculo de afeto, são as razões mais frequentes pelas quais essas mulheres decidem por entregar seus filhos para adoção.

Das motivações citadas a que mais se destacou foi a herança deixada pelas marcas constitutivas da relação com suas próprias mães. “A dificuldade em exercer a função materna das entrevistadas foi atravessada por seus próprios conflitos internos pelo sentimento de rejeição e abandono quando crianças.” (WUNDERLICH, s/d, p.01).

Os achados de Santos e Weber corroboram com as afirmativas mencionadas acima, em sua pesquisa elas utilizaram o instrumento Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) para “identificar e diferenciar, além de fatores pessoais e sociais, também os familiares, envolvidos na decisão de abandonar ou não um filho pela mãe.” Do teste aplicado em mães que abandonaram ou não filhos “firmou-se: as mães abandonantes não experienciaram relações afetivas, envolvimento parental e não receberam reforços positivos, influenciando diretamente em sua auto-estima e afeto.” (SANTOS; WEBER, 2005, p.7).

As referidas autoras acrescentam, ainda que os pais também participaram da decisão de entregar seus filhos.

As mães abandonantes da pesquisa tinham entre 26 e 30 anos de idade; possuíam um companheiro, mas não estavam casadas legalmente; tiveram em média, quatro filhos e abandonaram dois; residiam com o companheiro e filhos; nunca abortaram; não concluíram o ensino fundamental; trabalhavam como donas de casa e sua família sustentava-se com uma renda mensal de um salário mínimo. Essas mães tinham menos de 20 anos quando abandonaram o primeiro filho; viviam com um companheiro no momento do abandono; a criança tinha menos de um mês de vida e foi abandonada no próprio hospital em que nasceu. O pai da criança soube da possibilidade do abandono e incentivou a mãe a cometê-lo, permitindo a ressalva de que os pais, semelhantemente, foram pais abandonantes (SANTOS ; WEBER, 2005, p. 7-8).

De acordo com as referidas autoras, essas mães alegaram estar com falta de dinheiro e/ou emprego, por isso abandonaram seus filhos, salientando que dessa forma fariam o melhor por eles. Afirmaram, ainda, que se possível trariam o filho de volta.

Porém, apesar das mães afirmarem que entregaram seus filhos pela condição econômica, a partir do resultado dos testes aplicados as autoras afirmam ter sido possível inferir que o grupo de mães que abandonaram seus filhos

[...] experienciou, em outrora, inadequada interação familiar com ambos os pais e, à vista disso, ressaltou-se que as mães abandonantes foram filhas abandonadas – inseridas em uma infância marcada por maus tratos e negligência parental (SANTOS ; WEBER, 2005, p. 8).



Menezes (2011) também traz esta difícil realidade vivenciada pelas seis mães entrevistadas por ela.

Elas tiveram uma infância marcada por privações, violências, carências, incompreensões e abandono. O contexto econômico e familiar vivenciado no momento da gestação era desfavorável ao equilíbrio psíquico, somado ainda à gravidez prematura (MENEZES, 2011, p. 8).

Além das questões apontadas acima quanto às motivações para entrega pode-se observar outro ponto bastante relevante apontado na pesquisa desenvolvida por Wunderlich (s/d), que é o papel do lugar que as crianças entregues ocupavam para suas mães,

[...] o qual, levando-se em conta a narrativa consciente, apresentou variações para cada uma das entrevistadas, porém ao lançar um olhar mais subjetivo, contemplando os significados inconscientes, todas as crianças eram frutos de relacionamentos sem vínculos de afeto.” (WUNDERLICH, s/d, p. 1-2).

É importante observar que, conforme exposto nas pesquisas citadas acima as mães tiveram privação de afeto e relações emocionais bastante conturbadas com suas famílias de origem.

Outra motivação bastante observada nas entrevistas e pesquisas foi a necessidade de um apoio do companheiro ou dos familiares para autorizar-se a assumir a maternidade. Exemplo disso é o depoimento de Denise em entrevista à equipe de Personare “Senti muita frustração por não ter um companheiro para amparar minha vontade de ser mãe.” (EQUIPE PERSONARE, s/d, p.1).

Outro exemplo é a primeira entrevistada de Menezes (2011) a qual revela que em sua primeira gravidez, aos 15 anos, chegou a morar com o pai da criança, e somente doou a filha após a separação porque o pai recusou-se a assumir as despesas da filha. Os outros filhos que gerou, dos 23, cria apenas 3, frutos do relacionamento atual.

Leão e Araújo (s/d) reforçam os achados de Menezes (2011), pois em pesquisa realizada em Palmas/To, com cinco mães que entregaram seus filhos, identificaram o “fator comum, narrado por todas, que foi decisivo na entrega dos filhos para adoção, foi não ter o apoio do pai biológico ou um parceiro que as aceitasse com um filho.” (LEÃO ; ARAÚJO, s/d, p. 16).

Apesar de o motivo condição sócio-econômica ser bastante utilizado como justificativa pelas mães, percebe-se, como diz Menezes (2011) na citação abaixo, que esta é a motivação consciente, a qual também é bastante usada por ser a melhor aceita socialmente.

---

Corroborando com as pesquisas de Gonzalez e Albornoz (1990), Bonnet (1991), Freston e Freston (1994), Weber (1998), Giberti, Gore e Taborda (2001) e Mello (2002), os resultados nesta pesquisa também apontam a condição sócio-econômica como principal motivação consciente para doação do filho. Assim como os autores, constatamos que as mães doadoras apresentaram nível sócio econômico baixo; geralmente tiveram o primeiro filho muito jovens, sendo solteiras; o nível de escolaridade é muito baixo; os trabalhos são incertos, pelos quais recebem baixos salários e não contaram com o apoio do pai da criança e da família (MENEZES, 2011, p. 993).

Fonseca (2012) montou sua pesquisa a partir de relatos dos membros do *site* de uma associação de filhos adotivos e corroborando o que foi citado acima, relata que “chama atenção, entre os relatos no *site* de filhos adotivos, a ideia repetida de que as mulheres foram coagidas a abrir mão do filho.” (Fonseca, 2012, p. 18). Ela cita o relato de uma mãe que na época da doação trabalhava como empregada.

Como diz uma mineira que, ainda jovem, foi trabalhar em São Paulo: “Meus patrões resolveram doar meu bebê. Sem ter onde morar, sem dinheiro, menor de idade e com uma criança no braço não poderia ir para a rua, e não tive outra opção a não ser fazer o que eles queriam” (FONSECA, 2012, p. 18).

Na categoria “motivações para entrega” inicialmente observou-se que o relacionamento afetivo entre a mãe abandonante e sua mãe contribuíram para a decisão da entrega de seu(s) filho(s); na sequência outro ponto importante é abordado, que é o lugar que a criança ocupava para sua mãe, a qual em muitas situações era fruto de um relacionamento sem vínculo afetivo, e finalmente percebe-se a necessidade das mães buscarem um apoio do companheiro ou familiares para autorizarem-se a assumir a maternidade, e juntamente com esta última vem a condição sócio-econômica em que a mãe se encontra.

Muitas vezes as mães entrevistadas citaram que não assumiram seus filhos, por não ter quem as ajudasse financeiramente. Já o relato trazido por Fonseca (2012) remete a uma realidade não tão presente nos nossos dias, mas são histórias marcadas pela condição financeira de subjugação, da qual vários filhos foram vítimas e hoje buscam suas mães e familiares em *sites* para que possam conhecer um pouco de sua história.

De encontro às respostas encontradas acima para a entrega de um filho em adoção temos a afirmativa de Motta, em entrevista à Cirenza (s/d) de que a justificativa de falta de condições financeiras “seria uma espécie de escudo para amenizar a dor da separação. ‘A limitação financeira existe, mas o principal motivo é a falta de patrimônio emocional para assumir a maternidade’, diz a psicóloga.

---

A última categoria analisada foi dos sentimentos após a entrega e a (falta da) rede de apoio. Esta categoria denota algo muito importante para a mãe que decidiu entregar seu filho, afinal a partir desse momento ela passa a sofrer a pressão da sociedade sobre a atitude tomada.

Denise ao ser entrevistada pela equipe da Personare relata que “mesmo desamparada após o parto, a sensação de que estava fazendo a coisa certa permanecia” (EQUIPE PERSONARE, s/d, p. 02).

Como resultado das entrevistas feitas por Menezes (2011), ela expõe que quatro das seis mães entrevistadas demonstraram sofrimento quanto à entrega dos filhos e justificaram a doação “por não ‘ter condições’, isto é, por força das circunstâncias e não por vontade própria” (MENEZES, 2011, p. 112). A 5ª entrevistada relatou “(...) *Eu me senti muito mal porque eu queria ter ficado com ele, só não fiquei porque eu não tinha condições mesmo de ficar com ele, nem ele nem os outros dois. Aí por isso eu tomei essa decisão de dar pro pai dele. Mas eu me sinto muito mal.*” (MENEZES, 2011, p. 112)

Já a primeira entrevistada por Marie Claire relata que ficou alguns dias morando na casa da senhora que ajudou a entregar o menino em adoção, justificando que não tinha menor condição para nada. Após a doação “tudo que eu sentia era ódio de mim mesma. Fui covarde demais.” (Cirenza, s/d, p. 01). Depois de 6 meses ela arrependeu-se e tentou ter o filho de volta. Não conseguiu reaver a criança, mas conseguiu se aproximar dele e hoje eles tem uma relação importante.

Percebe-se pelos relatos e as conclusões das pesquisas citadas que a rede de apoio após a entrega é quase inexistente, é preciso que a mãe que entrega seu filho retome sua vida como se nada tivesse acontecido e ainda dê conta de todas as cobranças internas e externas.

A partir dos relatos acima sobre as três categorias envolvidas na entrega pode-se observar que em nenhum momento, desde que a gestação até o momento da entrega, nenhuma mãe relatou tranquilidade, paz de espírito ou felicidade pelo que iria fazer. Todas relataram momentos difíceis, decisões e situações de desconforto e apesar disso tudo, para a sociedade em geral, estas mães são consideradas pessoas que não amam, incapazes de estabelecer vínculos com as crianças que geram.

Neil (2004) traz que para muitas mulheres um forte sentimento de perda persiste por mais de 30 anos e em muitos casos as consequências negativas são sérias e de longo prazo. A autora expõe também, que vários estudos sobre mães biológicas tem indicado que a falta de

---

informações sobre a criança após a adoção contribuiu para as dificuldades de lidar com e aceitar a perda da criança<sup>4</sup>.

Há quem considere que as crianças entregues para adoção são somente crianças pobres, e quando uma mãe pobre necessita entregar seu bebê e o faz, “em pleno puerpério para salvá-lo da fome, o discurso do senso comum diz que ela **deu** sua criança. Nunca se ouve dizer que ela **perdeu** o filho.” (KALOUSTIAN, 2002, p. 53).

A visão da mãe que entrega seu filho precisa ser modificada, para que ela possa vir a retomar sua vida de forma mais digna, sem repreensões e punições por parte da sociedade.

Leão; Araújo (s/d) expõem

Toda sociedade faz parte desta história, pois a cultura da individualidade, do culto ao prazer, as consequências da religiosidade moralista, impura e interesseira, o objetivismo e inflexibilidade da ciência, o domínio do capitalismo, o ranço forte do coronealismo, o sistema educacional repassado como receitas prontas formadoras de massas, individualista [...] e muitos outros fatores, tem gerado: o esfriamento do amor, o enfraquecimento da sensibilidade, a indiferença, a desconfiança, o questionamento de princípios e valores ao ponto de não mais se conseguir reconhecer nenhum, a desmoralização do humano, a falta de pensamento crítico, a falta de espontaneidade e assim por diante (LEÃO; ARAÚJO, s/d, p.17).

Motta (2008) em seu estudo sobre o luto da mãe biológica expõe que “é necessário que essas mulheres possam readquirir sua autoconfiança, seu relacionamento com as pessoas e reencontrar fontes de apoio. [...] É fundamental que elas possam ser ajudadas a erigir sentimentos positivos em relação a si mesmas e que aprendam a cuidar de si.” (MOTTA, 2008, p. 97).

Essa vivência da mãe após a entrega da criança deveria ser um momento em que a mãe tivesse um acolhimento, pois ela está fragilizada pelo o que acaba de acontecer e como diz Motta (2008) “se não cuidarmos da mãe, a apologia dos cuidados à criança não passará de palavras e ações que limitarão a remediar estragos que poderiam ter sido evitados.” (MOTTA, 2008, p. 27).

---

<sup>4</sup> Tradução livre.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias relatadas nas pesquisas e as narrativas das entrevistas nos mostram a realidade das mães que entregam seus filhos à adoção, e trazem muito mais do que o esperado no início deste trabalho.

A realidade apresentada pelas diferentes vivências mostram que entregar um filho à adoção é algo de extrema coragem e dificuldade, por mais que histórias como a da mãe que teve 23 gravidezes e entregou 20 de seus filhos pareça nos mostrar que entregar um filho é algo fácil. Assim como esta mãe teve suas motivações e situações que a levaram a entregar 20 de suas crianças, pode-se perceber que as dificuldades vividas pelas mães podem ser diferentes, mas que as motivações para a entrega são semelhantes.

Este foi o principal motivo pelo qual esse trabalho foi desenvolvido, saber as motivações, as razões que levam algumas mães a entregar algo tão precioso aos olhos da sociedade a outra pessoa.

Badinter (1980) em sua obra nega que o amor materno seja algo inato e automático, afirmando que ele nasce da relação entre mãe e filho. Este trabalho trata exatamente desta questão e mostra que o amor materno existe sim, mas que ele não nasce junto com a criança, como diz uma marca de produtos infantis “Quando nasce um bebê, nasce uma mãe”.

O amor materno, de acordo com os relatos e constatações das pesquisas precisa nascer muito antes do bebê, precisa ser desenvolvido na infância da mãe, pois esta só será uma mãe suficientemente boa, se tiver sido suficientemente maternada. Não que ela não possa vir a ser mãe, mas será muito mais difícil de isso ocorrer, pois como trazem os relatos das pesquisas, as mães que entregaram seus filhos tinham como características, em sua maioria, a falta de apego com seus pais biológicos e inclusive questões de maus tratos e violência na infância, além da não maternagem e indiferença.

Outra questão importante e controversa em relação a esta situação é a ideia de que a criança ficará melhor se ficar com a mãe biológica. É importante sim, que se busquem manter os vínculos da criança com sua família antes de colocá-la para adoção, mas a situação pensada neste trabalho antecede a retirada da criança da família, é o desejo da mãe entregar seu filho o qual ela não se considera capaz de nutrir, cuidar e maternar adequadamente. E esta criança, se não for bem cuidada e sofrer maus tratos, acabará por ser retirada de sua família, então

---

nesse caso a mãe estaria adiantando o processo por se perceber incapaz de fazer esse papel que lhe está sendo solicitado.

Um dos objetivos com este trabalho foi mostrar um pouco da realidade vivida por estas mães abandonantes, como as chama Motta (2008) em sua obra, devido ao grande preconceito da sociedade para com estas mulheres. Este preconceito fica claro, inclusive em uma das matérias utilizadas para este trabalho, quando o redator de uma delas cita “Condenada ao silêncio, essa mulher vive isolada dos reflexos de seu ato de violência” (CIRENZA, s/d).

A citação acima é um exemplo de como são vistas as mães que entregam os filhos e para que elas deixem de ser acusadas, julgadas é importante conscientizar a população começando pelos profissionais que atendem estas mães em diferentes ambientes onde ocorrem as entregas ou o relato do desejo da entrega. Se os profissionais souberem/puderem acolher, ouvir e encaminhar estas mães para que elas possam estar cientes da sua decisão e das consequências da mesma e consigam buscar apoio para lidar com as situações advindas desta decisão, já será uma grande ajuda, pois sozinhas torna-se extremamente difícil, como vimos nos diferentes relatos ao longo do trabalho.

Uma das dificuldades encontradas neste trabalho, foi de que o mesmo inicialmente se propunha a ser uma pesquisa de campo, mas devida a política adotada nos Fórum da Infância e Adolescência da região, o mesmo passou a ser uma pesquisa bibliográfica, a qual impede o acesso às mães que entregaram seus filhos à adoção nesta região.

Foi possível observar nas várias pesquisas e entrevistas lidas e analisadas que muito já foi feito, porém há muito trabalho pela frente principalmente no sentido de acolher as mães que decidem entregar seus filhos ou já o fizeram e ouvi-las para que se possa averiguar as razões pelas quais as mães entregam seus filhos para adoção, pois a partir desses dados será possível pensar em intervenções que lhes ajude a passar por esse período com menor sofrimento e/ou com possibilidade de enfrentar os preconceitos e julgamentos das pessoas que lhe cercam.

O tema abordado é de grande relevância para a psicologia, pois é preciso refletir e pensar em estratégias de intervenção destinadas a essas mulheres, uma vez que a lei prevê esse suporte, mas por outro lado pouco se faz de forma efetiva.

## 6 REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. PDF

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERLATTO, Odir (Org.). **Manual para elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos do curso de ciências contábeis**. Caxias do Sul: FSG, 2012. Disponível em: <[http://ensinointegrado.fsg.br/file.php/5112/manual\\_normas\\_academicas.pdf](http://ensinointegrado.fsg.br/file.php/5112/manual_normas_academicas.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 11 mai. 2014.

BRASIL. LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em 10 mai. 2014.

BRASIL. LEI Nº 12.010 DE 03 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)>. Acesso em 09 mai. 2014.

CIRENZA, Fernanda. **Laço desfeito**. Revista Marie Claire. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html>> Acesso em 11 ago. 2014.

**DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990**. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm)> Acesso em 14 mai.2014

EQUIPE PERSONARE. **Depoimento: Entreguei meu filho para adoção**. Personare. Disponível em: < <http://www.personare.com.br/depoimento-entreguei-meu-filho-para-adoacao-m4917>> Acesso em 09 set. 2014

FONSECA, Cláudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(1):344, janeiro-abril/2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100002&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 20 mar. 2014.

GERHARDT, Tatiana E. SILVEIRA, Denise T. (orgs) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

---

---

Gilberti, Eva; Gore, Silvia Chavanneau de e Taborda, Beatriz. Mães excluídas. In: FREIRE, Fernando (org.) **Abandono e adoção – contribuições para uma cultura da adoção III**. Curitiba: Associação Brasileira Terra dos Homens, 2001.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

KRUEL, Cristina S.; OLIVEIRA, Daiane V. Adoção: um conceito além do preconceito. In: RUPOLO, Iraní *et al.* **Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão – Aprender e empreender na educação e na ciência**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5412.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2014.

LEÃO, Luciane Rodrigues do Prado; ARAÚJO, Raquel de Moraes Sampaio. **Mães que entregam seus filhos para adoção: uma realidade negada**. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/LucianeRodriguesPradoLea.pdf>> Acesso em: 29 set. 2014.

MENEZES, Karla Luna de; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à doação. In: **Revista Mal-estar e Subjetividade**, vol.XI, num.3, setembro, 2011, pp. 983-1010. Universidade de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/271/27122346004.pdf>> Acesso em: 12 out. 2014.

MORAES, Lygia Quartim de; NAVES, Rubem (orgs.). Encarte **Além da adoção**, 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000958877d755a676a9f8>> Acesso em 05 abr. 2014.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEIL, Elsbeth. **Supporting the birth relatives of adopted children: a review of relevant literature**. University of East Anglia, 2004. Disponível em: <<http://www.uea.ac.uk/swp/rass/Lit%20reviews/litreviewbirthfamilies.pdf>> Acesso em 06 out. 2014.

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PEREIRA, Tânia da Silva. Em busca do melhor interesse da criança. In: MORAES, Lygia Quartim de; NAVES, Rubem (orgs.). Encarte **Além da adoção**, 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000958877d755a676a9f8>> Acesso em 05 abr. 2014.

REY, Fernando Luis González. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

SANTOS, Carolina Duarte dos & WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O que leva uma mãe a abandonar um filho? In: GUILHARDI, H. & AGUIRRE N.C. (orgs.) **Psicologia, Comportamento e Cognição V. 15** (pp. 133-146) Santo André: ESEtec, 2005. Disponível em: <<http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/manuais/O-QUE-LEVA-UMA-MAE-A-ABANDONAR-UM-FILHO-Cap-livro-ABPMC.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2014.

---



SILVA, Simone Regina Medeiros da. Abandono: uma agressão aos direitos da criança. In: FREIRE, Fernando (org.) **Abandono e adoção – contribuições para uma cultura da adoção III**. Curitiba: Associação Brasileira Terra dos Homens, 2001.

SOUZA, Giselle. **Brasil tem 4.856 crianças à espera de adoção**. In: Portal CNJ, set. 2011. <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15658:brasil-tem-4856-criancas-para-a-adocao-revela-ultimo-balanco>> Acesso em: 02 jun.2014.

WUNDERLICH, Lara Patrícia. **Uma reflexão sobre a entrega dos filhos em adoção pelas mães biológicas**. Disponível em <<http://www.geaaj.com/page9.php>> Acesso em: 05 mai. 2014.